



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 4207/2002

Ementa

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE 09 (NOVE) FUNÇÕES CELETISTAS E FIXA OS RESPECTIVOS SALÁRIOS, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS AÇÕES OPERACIONAIS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CONTROLE DE DOENÇAS - PPI-ECD DO GOVERNO FEDERAL.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

31/05/2002

Status de Vigência

Em vigor



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº. 4.207 DE 31 DE MAIO DE 2002

Aut. Nº	106/2002
P.L. Nº	087/2002
Publ.:	14/06/2002

“Dispõe sobre a criação de 09 (nove) funções celetistas e fixa os respectivos salários, para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades das ações operacionais de vigilância em saúde e controle de doenças da Programação Pactuada Integrada à Epidemiologia e Controle de Doenças - PPI-ECD do Governo Federal.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criadas 09 (nove) funções celetistas, e fixados os respectivos salários, para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades das ações operacionais de vigilância em saúde e controle de doenças da Programação Pactuada Integrada à Epidemiologia e Controle de Doenças – PPI-ECD do Governo Federal, a saber:

I – 08 (oito) funções denominadas Agente de Controle da Saúde, com salário mensal de R\$301,00 (trezentos e um reais); e

II – 01 (uma) função denominada Supervisor de Saúde, com salário mensal de R\$575,17 (quinhentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos).

Parágrafo Único - As funções celetistas criadas por este artigo ficarão automaticamente extintas no encerramento da execução do programa federal.

Art. 2º - A contratação de pessoal, no regime celetista, por prazo determinado, para desempenhar as funções criadas pelo artigo anterior

12



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

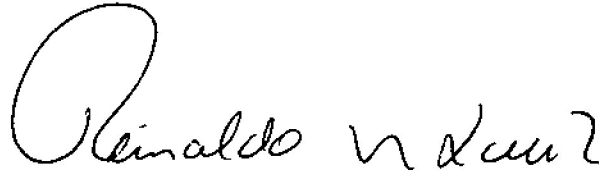
ESTADO DE SÃO PAULO

deverão obedecer o disposto na Lei 3.500 de 19 de dezembro de 1.997 e na Lei 3.031 de 17 de setembro de 1.993.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária relativa a pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, suplementada se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 31 de maio de 2002.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

A